

Em busca de paisagens fora do plano
A insurgência das Cozinhas Solidárias do MTST
SESSÃO TEMÁTICA: Direito à paisagem (ET 01)
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autora: Isabella Khauam Maricatto

RESUMO

No âmbito dos estudos urbanos, a paisagem expressa a estrutura social moldada por contínuos processos de gentrificação, racismo ambiental, remoções forçadas, entre outros. Nesse viés, os apagamento de diferentes modos de vida urbana denunciam a crise do planejamento urbano. Objetiva-se apresentar as paisagens instauradas por planos urbanos e buscar aquelas concebidas pelas insurgências. A aproximação entre paisagem e insurgência e/ou planejamento insurgente, contesta e propõe posicionamentos diferenciados frente aos meios neoliberais de dominação na produção da cidade. Nesse caso, as Cozinhas Solidárias do MTST se destacam por serem uma prática insurgente que subsidiou a criação do Programa Cozinha Solidária. O direito à paisagem diz respeito ao reconhecimento das mobilizações sociais que denunciam a insegurança alimentar, a desigualdade socioespacial, o racismo ambiental, a injustiça ambiental, e que lutam politicamente para garantir a dignidade humana. É preciso lutar por uma nova forma de habitar a terra na qual a insurgência aparece como práxis de reparação das paisagens que somos e habitamos. A paisagem é expressão das lutas e mobilizações por direitos ao mesmo tempo que é transformação social, portanto, o direito à paisagem adquire um viés reparatório e insurgente.

PALAVRAS-CHAVES: paisagem; insurgência; práticas insurgentes; Cozinha Solidária MTST; estudos urbanos contemporâneos.

ABSTRACT

In the context of urban studies, the landscape expresses the social structure shaped by continuous processes of gentrification, environmental racism, forced removals, among others. In this sense, the erasure of different ways of urban life denounces the crisis of urban planning. The aim is to present the landscapes established by urban plans and seek out those designed by insurgencies. The rapprochement between landscape and insurgency and/or insurgent planning contests and proposes different positions in the face of neoliberal means of domination in the city's production. In this case, the MTST Solidarity Kitchens stand out for being an insurgent practice that subsidized the creation of the Solidarity Kitchen Program. The right to landscape concerns the recognition of social mobilizations that denounce food insecurity, socio-spatial inequality, environmental racism, environmental injustice, and that fight politically to guarantee human dignity. It is necessary to fight for a new way of inhabiting the land in which insurgency appears as a praxis of repairing the landscapes that we are and inhabit. The landscape is an expression of struggles and mobilizations for rights at the same time as social transformation, therefore, the right to landscape acquires a reparatory and insurgent bias.

KEYWORDS: landscape; insurgency; insurgent practices; MTST Solidarity Kitchen; contemporary urban studies.



1 INTRODUÇÃO

No âmbito do pensamento urbano, intrínseco aos estudos de modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2008), estão as críticas sobre o planejamento urbano tradicional e seus modos de perpetuar as lógicas opressoras de poder sobre os territórios urbanos. Historicamente, os modelos de cidade implantados no Brasil reforçam os ideais eurocêntricos em planos que intuem traços urbanos fundados na subordinação colonialista/capitalista e impõe estruturas urbanas ordenadas as quais reverberam abismos de diferenças sócio-espaciais. Nesse âmbito, a paisagem expressa a estrutura da sociedade moldada por contínuos processos de gentrificação, racismo ambiental, remoções forçadas, entre outros.

A crise do planejamento denuncia a noção ilusória de que a conformidade de planos e desenhos urbanos alinhados a um pensamento único - hegemônico - não se sustenta. Ao suprimir arranjos territoriais “irregulares”, as paisagens dos planos instauram o apagamento de diferentes modos de vida urbana. A função social da paisagem é dar voz às ações que opõem o controle e desterritorialização de corpos subalternizados. Os conflitos a que são submetidos os territórios das periferias brasileiras se expressam como paisagens nas condições de urgência e contradições contínuas, por meio da insegurança alimentar, da ausência de infraestrutura básica de saneamento e de saúde, das moradias precárias, dentre outros tipos de precariedades.

Em meio às paisagens da fome, da miséria e da escassez, movimentos de caráter político, social e popular articulam redes, incitam insurgências e transgridem o imaginário colonizado em busca de transformações sociais legítimas. Neste contexto, as Cozinhas Solidárias do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) destacam-se como prática de planejamento insurgente. O projeto das Cozinhas Solidárias do MTST configurado ainda difusamente entre os anos de 2016¹ e 2021, consolidou-se a partir de condições específicas em meio a conjuntura política de 2016, intensificando-se a partir da crise sanitária, social e econômica de 2020 (DI SORDI, 2023).

A Cozinha Solidária do MTST aparece como uma prática insurgente e não se configura como um modelo a ser replicado. Entretanto, argumenta-se que esse movimento insurgente, ao operar sobre territórios que expressam pulsão de vida e se estabelecer por meio de redes e alianças, defende o direito à paisagem. Para tanto, é necessário tecer reflexões acerca da insurgência, tomando como panorama as paisagens atreladas ao planejamento urbano. Objetiva-se apresentar os conflitos e diálogos instaurados pelas modalidades de planejamento urbano e suas repercussões por meio da função social da paisagem.

O Programa Nacional Cozinha Solidária (PNCS), pauta a implementação e a implantação de equipamentos públicos que conectam o campo e a cidade, que firmam espaços de luta e de organização da classe trabalhadora. As Cozinhas Solidárias são locais de preparo e distribuição de refeições gratuitas para pessoas em situação de vulnerabilidade, mas de acordo com a

¹ “[O] desmonte das políticas provocadas a partir do golpe de 2016 levou o país a viver novamente a tragédia da fome. No primeiro momento, a Emenda Constitucional de n. 95 (Teto dos Gastos) assinada pelo governo Temer impôs o regime fiscal de austeridade impactando diretamente em todas as políticas públicas. Peres e Matioli (2019) ressaltam que o anúncio, por parte do governo, da venda de 27 das 92 Unidades Armazenadoras mantidas pelo governo federal afetou diretamente todo o sistema alimentar. Após, o governo que assumiu no ano de 2017 tratou de desmontar nominalmente tais políticas e programas, levando a um impacto brutal sobre a população. No primeiro dia de mandato assinou medida provisória que retirou os poderes do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), eliminando-o da estrutura ministerial. Com isso, desconstruíram as principais estruturas que mantinham o circuito alimentar nas bases sociais e levaram novamente o país ao Mapa da Fome no ano de 2020” (SIQUEIRA; ALMEIDA, 2022)



discussão que está sendo subsidiada pelo Relatório da Fiocruz: “Na Cozinha, não há só comida” (DI SORDI, 2023).

A discussão entre política pública, paisagem e insurgência/planejamento insurgente alcança a Segurança e Soberania Alimentar. As paisagens são tensionadas enquanto tramas, redes e alianças que possibilitam a reinvenção de modos de existir para a continuidade das vidas, reforçando e reivindicando o potencial da paisagem contemporânea vinculada à transformação social.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÃO

As paisagens dos planos urbanos

As paisagens dos planos diferenciam-se de acordo com as modalidades de planejamento urbano. No contexto do planejamento moderno, a preocupação higienista pós-revolução industrial provocada pela intensa evolução urbana dos séculos XVIII e XIX, tem como principal enfoque a forma urbana (LIMONAD, 2015). Nesse viés, a paisagem passa a assumir uma conotação estética em que os projetos de parques e áreas verdes reduzem aquilo que um dia havia sido a paisagem (RAGONHA; SCHENK, 2022). O imaginário das paisagens urbanas foi se aproximando ao que era considerado como plano de áreas verdes (por vezes, direcionado a corpos privilegiados em busca de lazer), em um momento em que as decisões eram tomadas de cima para baixo, sem o envolvimento ou participação de grupos sociais e as propostas e intervenções urbanas produzidas eram deslocadas da realidade social.

O surgimento do neoliberalismo a partir da segunda metade do século XX, reverte a lógica do Planejamento Moderno com a proposição de um desenho de cidade modelo e abre espaço para uma noção de planejamento aferida sob uma série de controles voltados ao desenvolvimento de determinada área (HALL, 2014). A funcionalidade urbana advinda do zoneamento que caracteriza o espaço urbano como produtor e reproduzidor da força de trabalho é abandonada e marginalizada em decorrência da tecnologia, da produção em massa e da rentabilidade imobiliária, fundamentada pela rede da cidade neoliberal (ROLNIK, 2019). No contexto do Planejamento Neoliberal, a cidade é concebida como mercadoria, a competitividade do mercado promove outras cidades que também passam a “estar à venda”. A imposição do “marketing urbano” aparece como determinante no processo de planejamento e gestão das cidades (VAINER, 2000). Uma das características primordiais dessa abordagem de planejamento, além da competitividade, flexibilização e globalização, está na paisagem como expressão do processo de gentrificação.

Em síntese, o encontro da Paisagem no Planejamento Urbano repercute desde sua redução aos parques e áreas verdes no âmbito do Planejamento Moderno até a sua objetificação enquanto mercadoria no Planejamento Estratégico (Neoliberal).

As insurgências no planejamento contemporâneo

A emergente crise da disciplina de Planejamento Urbano aponta para a necessidade e urgência de se repensar os parâmetros epistemológicos e ontológicos das teorizações e práticas imbuídas a ela. O planejamento insurgente, nos termos descritos por Faranak Miraftab (2009; 2016), persegue essa ruptura epistemológica e ontológica na conjuntura neoliberal



contemporânea e é caracterizado pelo surgimento de práticas autonomistas que contrapõem uma sucessão de aspectos da ordem vigente atrelada à urbanização. A pesquisadora Miraftab cunhou esse termo a partir de influências teóricas como Leonie Sandercock (1998), Victoria Beard (2003) e o pesquisador John Friedmann (2002).

O planejamento insurgente surge no início do século XXI aliado a práticas e modalidades de planejamento que tomam como base o Direito à Cidade. Tais práticas decorrem de pautas distintas, nas quais diversos movimentos organizados se engajam para reconquistar a cidade confrontando a produção do espaço voltada exclusivamente ao aumento da acumulação capitalista (LIMONAD, 2015). Para Faranak, o potencial destacado da noção de Planejamento Insurgente está em sua capacidade de transformação do poder, imbricado em modalidades formais ou práticas já institucionalizadas do Planejamento Urbano. Recentemente, a discussão sobre insurgência no âmbito do Planejamento se apresenta aliada à justiça socioespacial e à luta contra-hegemônica por direitos, conduzida por uma postura dialógica com os poderes do Estado.

O dialogismo entre Estado e movimentos sociais, intrínseco ao Planejamento Insurgente, só passa a existir pela presença “insurgente” de ativistas nos “espaços de ação convidados”. Os “espaços de ação convidados” consistem em formas selecionadas de ação dos cidadãos e de suas organizações sancionadas pelos grupos dominantes. Tais espaços se contrapõem com os “espaços de ação inventados”, espaços na maioria das vezes criminalizados (MIRAFTAB, 2016). Essa presença na organização interna do Estado causa a desestabilização necessária para que a mudança aconteça.

A insurgência das Cozinhas Solidárias do MTST

A ação insurgente pela Segurança e Soberania Alimentar defendida pelo projeto das Cozinhas Solidárias do MTST² (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), se consolidou no início de 2023, pelo Projeto de Lei n. 491/2023 que recria o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA³). Esse projeto teve o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL e ativista do MTST) como relator e, nesta ocasião, ele propôs uma emenda aderindo o Programa Nacional de Cozinhas Solidárias (PNCS) ao PAA, para a distribuição de alimentação gratuita à população que necessita. Desde julho de 2023, o PAA e o PNCS foram instituídos por Lei. Essa aprovação, considerada uma vitória para as políticas públicas do País, foi conquistada pela luta do MTST e obteve êxito pela insurgência presente nos “espaços convidados”(MIRAFTAB, 2016).

Atualmente, a Cozinha Solidária do MTST oferece comida gratuita para quem mais precisa em 13 estados do país e no DF, garantindo a segurança alimentar e nutricional para milhares de brasileiros, por meio de campanhas de doações e parcerias com outros movimentos. Ao todo

² O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu em 1997 como um movimento de luta por moradia, centrado na tática de “construir grandes ocupações em terrenos vazios nas periferias urbanas”. Para o movimento, “os sem-teto são todos aqueles que são afetados pelo problema da moradia, seja pela falta dela ou por morarem nas condições mais precárias”. Aqueles afetados pelo “desemprego, baixos salários, trabalho informal, superexploração”. A noção de “crise”, vivida pelos sujeitos, foi traduzida enquanto experiências de organização que foram lidas pelo movimento social em sua dimensão formal. Disponível em: [Porque ocupamos? \(BOULOS, 2012\)](#).

³ O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Disponível em [Programa de Aquisição de Alimentos \(PAA\) — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome \(www.gov.br\)](#)



são 49 cozinhas que atendem populações em situação de rua, em condições de empobrecimento e pessoas em condições de empregos precarizados (motoristas e entregadores de aplicativos), influenciando nesse caso, junto ao Movimento dos Trabalhadores Sem Direitos. Além disso, as cozinhas também tem atuado situações emergenciais após eventos climáticos extremos denominada de Emergencial, como é o caso da Cozinha Solidária Emergencial de Porto Alegre, que esteve presente no Vale do Taquari no final de 2023, respondendo diretamente à catástrofe que atingiu gravemente o estado do RS.

As práticas insurgentes, de resistência, emergem com o intuito de tensionar a hegemonia do campo do Planejamento Urbano que atua na cidade e no imaginário urbano demonstrando o poder da articulação social na busca de um Estado que assegure os direitos e a dignidade da população. A Insurgência é uma necessidade política de reinvenção do pensamento hegemônico e por esse motivo é tão relevante aproximá-la da função social da paisagem. As práticas insurgentes são consideradas práticas que envolvem três aspectos em comum: a contra-hegemonia, a transgressividade e a imaginatividade, qualidades que configuram os “espaços de ação inventados/criados” (MIRAFTAB, 2009; 2016). Tais características podem resultar em um planejamento insurgente quando articulado de modo autogestionado e participativo, o surgimento dessas práticas impacta, sobretudo, nas transformações das atmosferas contemporâneas e, por esse motivo, se expressam como paisagens fora dos planos.

Em busca de paisagens fora do plano

As paisagens fora do plano emergem de alianças políticas e mobilizações sociais estabelecendo conexões entre o campo e a cidade, o rural e o urbano. As paisagens para a vida, de acordo com Raquel Rolnik, urbanista e pesquisadora brasileira, são “territórios organizados a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos de prosperidade” (2019, p. 26). Em contraponto às paisagens transformadas pela insurgência, estão as paisagens da renda. A estética neoliberal é associada à financeirização, objetificação, estetização e fetichização das paisagens. A autora utiliza tais denominações como ferramentas de crítica à financeirização das cidades, expressa pela materialidade urbana construída.

O planejamento urbano neoliberal legitima paisagens para a renda e criminaliza as paisagens para a vida. Esse modo de operar implica em uma violência colonial que merece reparação. As paisagens fora do plano possuem, portanto, uma função social de reparação. A aproximação entre paisagem e insurgência e/ou planejamento insurgente traz a resistência articulada, contesta e propõe posicionamentos diferenciados frente aos meios neoliberais de dominação na produção da cidade.

A crítica da paisagem oriunda dos estudos urbanos, nos oferece pistas para se pensar em outras lógicas de operação da paisagem, como a de Anna Tsing⁴, que concebe a paisagem como sedimentos concretos de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias. Para a autora, paisagens são tramas, redes, histórias que se conectam e estabelecem relações entre seres vivos (2019).

A paisagem expressa a oportunidade de leitura da trama da vida em meio às redes que a sustentam e, ao se aliar aos movimentos que suscitam a insurgência, expressa a transformação por meio do acesso à paisagem e à própria vida. A função social da paisagem potencializa a posição de enfrentamento às opressões, afirma a contra-hegemonia pelo viés da subjetividade e atua na prática pela ação de transformação social, pela mudança necessária que faz o corpo persistir e seguir lutando, insurgindo.

⁴ Anna Tsing é antropóloga e pesquisadora americana.



O papel das insurgências está em trazer para o jogo urbano, a partir da ação social e transformação espacial expressa na paisagem, as histórias sobre o que ainda é deixado de fora: o subjetivo contra-hegemônico, o que escapa da racionalidade imposta sobre o território urbano, aquilo que está nas brechas. Os favelados, os quilombolas, os povos indígenas, as comunidades tradicionais, os assentados da reforma agrária, os pescadores, os caiçaras, os negros, as mulheres, a juventude rural, os idosos, as pessoas com deficiência e as famílias ou pessoas em situação de rua vulnerabilizadas, são quem tecem as paisagens fora do plano.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à paisagem diz respeito ao reconhecimento das mobilizações sociais que denunciam a insegurança alimentar, a desigualdade socioespacial, o racismo ambiental, a injustiça ambiental, e que lutam politicamente para garantir a dignidade humana. É preciso lutar por uma nova forma de habitar a terra na qual a insurgência aparece como práxis de reparação do tecido de inter-relações constituidor dos territórios e apresenta-se como paisagens que somos e habitamos.

Ao amalgamar registros de representação da cidade envolvendo o campo dos estudos urbanos e a insurgência, como por exemplo as Cozinhas Solidárias do MTST, têm-se possíveis aproximações entre as noções de paisagem e planejamento insurgente aliada a mobilização social e política. As paisagens da vida, pautadas nas insurgências, estabelecem enunciados que dizem respeito às redes e alianças as quais fortalecem os movimentos autogestionados e corroboram para a materialização de lutas em busca do direito dos cidadãos.

A potência de subjetividade da paisagem concatenada a potência prática da insurgência, nos oferecem pistas para se pensar sobre as subjetividades que se firmam por meio da transgressão e rompem o imaginário colonizado impresso na precariedade das situações de vidas urbanas. Expressões de conflito e tensões territoriais das paisagens insurgentes em prol da reparação histórica, do direito e do acesso à dignidade da vida. As potencialidades – de expressão e manifesto – e limitações – de captura das insurgências pelo Capital/Estado Neoliberal – impulsionam articulações transdisciplinares para a discussão, ativando os múltiplos saberes sociais e ancestrais.

A mobilização social que faz com que a população periférica e marginalizada tenha o acesso à alimentação digna, instaura uma paisagem que nutre a vida, uma paisagem que defende a reparação histórica por não se tratar de paisagens dos planos, mas da função social das paisagens. Em bairros, vilas, favelas, comunidades, ocupações, loteamentos irregulares e densamente ocupados, em meio a formas de vidas coletivas e comunitárias, insurgem, estratégias e táticas de luta, novas subjetividades e novas vidas para a retomada dos signos da terra em paisagens habitadas na terra, não apenas pelas Cozinhas Solidárias do MTST, mas pelos povos da terra, que nos convocam a “plantejar” as cidades, ao invés de planejá-las (SANT’ANNA et al., 2022).

REFERÊNCIAS

ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BEARD, Victoria. A. Learning Radical Planning: The Power of Collective Action. *Planning Theory*, 2(1), 13–35. 2003. <https://doi.org/10.1177/1473095203002001004>.



De Sordi, Denise. Relatório [recurso eletrônico]: na cozinha, não há só comida: segurança alimentar e nutricional e soberania alimentar nas experiências de cozinhas solidárias na Argentina, Colômbia, Uruguai e Brasil: síntese e apontamentos para a regulamentação do Programa Nacional Cozinha Solidária (PNCS) brasileiro, Lei 14.628, de 20 de julho de 2023. Rio de Janeiro; Brasília: Fiocruz/ VPAAPS; Fiocruz/GEREB, 2023.

FRIEDMANN, John. *The Prospect of Cities*. Minneapolis/London: University of Minnesota Press, 2002.

HALL, Peter. *Cities of tomorrow*. Chichester: John Wiley e Sons Blackwell, 2014.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

LIMONAD, Ester. Muito além do jardim: planejamento ou urbanismo, do que estamos falando? In: Geraldo Magela Costa, Heloisa Soares de Moura Costa, Roberto Luís de Melo Monte-Mór. (Org.). *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. 1 ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2015, v. 1, p. 71-102.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. In: *cadernos de letras da UFF*, n. 34, 2008.

MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 3, p. 363, dez. 2016.

_____, Faranak. *Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South*. In: "Planning Theory", Vol.8, p. 32-50; SAGE Publications, 2009.

RAGONHA, J.; SCHENK, L. B. M. Planejar com a Paisagem: contatos históricos e perspectivas contemporâneas. *Oculum Ensaios*, [S. l.], v. 19, p. 1-16, 2022. DOI: 10.24220/2318-0919v19e2022a4971. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4971>.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para renda, paisagens para vida. In: *Revista Indisciplinar*. v.5, n.1. Belo Horizonte: Indisciplinar/EA-UFMG, 2019.

SANDERCOCK, Leonie. *Towards Cosmopolis: Planning for Multicultural Cities*. John Wiley, London.1998.

SANT'ANNA, et al. Comunidades Tradicionais: das práticas insurgentes aos múltiplos olhares para uma descolonização do planejamento territorial. *Revista Píxo*, n.21, v.6 - outono de 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/pixo/issue/view/247>.

SCHENK, Luciana B. M. Paisagem e Arte: Uma estratégia de aproximação, leitura e projeto do espaço urbano. I Seminário Arte e Cidade PPG-AU - Faculdade de Arquitetura / PPG-AV - Escola de Belas Artes / PPG-LL - Instituto de Letras UFBA.- Salvador, maio de 2006. Disponível em: http://www.artecidade.ufba.br/st1_LBM.pdf.

SIQUEIRA, Lucimar Fátima; ALMEIDA, Nicole Leal. Os sistemas alimentares: mobilizações comunitárias e políticas públicas ante à fome em Porto Alegre. In: *Reforma Urbana e Direito à Cidade*. v. 16. Porto Alegre [recurso eletrônico]. Organização: Vanessa Marx, Luciano Joel Fedozzi, Heleniza Ávila Campos. - 1. ed. - Rio de Janeiro Letra Capital, 2022.